Mergulho Profissional

O Regulamento do Mergulho Profissional, veio definir os requisitos para o acesso, exercício e promoção das atividades de mergulho e respetivos formadores, escolas e entidades promotoras. Neste âmbito, a Direção-geral da Autoridade Marítima assume-se como a autoridade nacional competente para o reconhecimento e certificação no âmbito das matérias relativas ao mergulho profissional competindo a esta Direção-geral, em especial, a definição e desenvolvimento das metodologias que assegurem o processo de certificação das entidades formadoras, o reconhecimento e certificação nos domínios das matérias relacionadas com os cursos de mergulhador profissional, entidades promotoras de serviços de mergulho, equipamentos, instalações e plataformas de mergulho, bem como a coordenação e controlo das ações de fiscalização da atividade e a realização de auditorias relativamente ao cumprimento dos requisitos de certificação e dos referenciais de formação.

A Direção-geral da Autoridade Marítima dispõe assim de um órgão que assegura a conceção, coordenação, atualização e acompanhamento de políticas e orientações técnicas no domínio do mergulho profissional, designado de Comissão Técnica para o Mergulho Profissional na qual tem assento, para além do Diretor-Geral da Autoridade Marítima e dos representantes do Ministério da Defesa Nacional e da Escola de Mergulhadores da Marinha, representantes das associações de entidades formadoras de mergulho profissional, das associações de mergulhadores profissionais, das associações promotoras de mergulho profissional, bem como mergulhadores-chefe de reconhecido mérito e elementos convidados, entre os quais um representante da atividade de apanha de algas.